

V Encontro da Rede Internacional CEPIAL



1º Encontro Internacional sobre

Etnicidade e Populações Autóctones

Anais do V Encontro da Rede Internacional
CEPIAL e 1º Encontro Internacional sobre
Etnicidade e Populações Autóctones

19 e 20 de Setembro de 2013, Paranaguá – PR

ISSN - 2358-1247

ORGANIZAÇÃO

Ciências Sociais
IFPR
Campus Paranaguá

 **INSTITUTO
FEDERAL
PARANÁ**


CASLA

APOIO

**FUNDAÇÃO
ARAUCARIA**

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR



Coordenador Geral:

Dr. Dimas Floriani UFPR/CASLA

Email: dimas@casla.com.br

Coordenadores Locais:

Dr. Antonio Marcio Haliski

E-mail: antonio.haliski@ifpr.edu.br

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Sigla: IFPR

Dr. Ezequiel Westphal

E-mail: ezequielwestphal@ifpr.edu.br

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Sigla: IFPR

Equipe Executora/Organizadora:

Colaborador 1: Gislaine Garcia de Faria

Formação: Doutora em Geografia (UNESP)

IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Campus: Paranaguá – PR

Cargo: Professora de Geografia – 40H - DE

Colaborador 2: Maria Lúcia Büher Machado

Formação: Doutora em Educação (UNICAMP)

IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Campus: Paranaguá - PR

Cargo: Professora de História – 40H - DE

Colaborador 3: Ezequiel Westphal

Formação: Doutor em Sociologia (UFPR)

IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Campus: Paranaguá - PR

Cargo: Professor de História – 40H - DE

Colaborador 4: Antonio Márcio Haliski

Formação: Doutor em Sociologia (UFPR)
IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Campus: Paranaguá - PR
Cargo: Professor de Geografia – 40H - DE

Colaborador 5: Patrícia Martins

Formação: Doutoranda em Antropologia Social (UFSC)
IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Campus: Paranaguá - PR
Cargo: Professora de História – 40H - DE

Colaborador 6: Rogério Baptistella

Formação: Doutor em Filosofia (UNISINOS)
IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Campus: Paranaguá - PR
Cargo: Professor de Filosofia – 40H - DE

Colaborador 7: Dimas Floriani

Formação: Doutor (UCLouvain Bélgica)
IES: Universidade Federal do Paraná.
Cargo: Professor de Sociologia – 40H – DE

Comitê científico para análise dos resumos

Msc. Allan Paul Krelling
Dr. Emerson Tonetti
Dr. Ezequiel Westphal
Dr^a Gislaine Garcia de Faria
Msc. Isabel Carolina Raitz Cavallet
Dr. Leandro Ângelo Pereira
Dr. Marcos Vinícios Pansardi
Msc. Patricia Martins
Dr. Roberto Martins de Souza

Organização dos anais

Renata Cristina dos Santos
Formação: Estudante de Aquicultura
IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Cargo: Bolsista Pibic – Jr/CNPq/IFPR

Everaldo dos Santos
Formação: Doutorando em Engenharia Florestal
IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Cargo: Professor



REDE EPIAL

Apresentação

A **REDE INTERNACIONAL CEPIAL: SEMEANDO NOVOS RUMOS** surge aproximando instituições e pessoas latino-americanas, fortalecendo o diálogo e ações conjuntas que visem o apoio ao desenvolvimento sustentável de nossos povos que vivem em situações de vulnerabilidade social. Vinculadas aos setores não governamentais, governamentais, movimentos sociais e representantes do terceiro setor, as Instituições que participam da **REDE INTERNACIONAL CEPIAL: SEMEANDO NOVOS RUMOS** propõem entre outras ações produzir conhecimento, atuar com ações e projetos que visem à ampliação dos espaços democráticos, fomentar mecanismos de solidariedade e de cooperação entre esses diversos atores, fortalecendo assim os mecanismos da integração social, política, educacional e cultural latino-americana.

Por essas razões, e acompanhando a diagnósticos e visões diferentes dos hegemônicos, a REDE INTERNACIONAL CEPIAL: SEMEANDO NOVOS RUMOS percebe a necessidade de entender, processar e interpretar ações alternativas, baseadas em diálogos que respeitem a diversidade e as diferenças, mas também instituir o que está separado, restituindo aos sistemas de conhecimento, de valores e de práticas sua vitalidade e seu compromisso com o que está em perigo, pela cegueira das ideias impostas, pela desvalorização ao que não se submete ao mercado, e pela necessária restauração dos espaços públicos, como garantia de sobrevivência das culturas locais.

Esses diferentes e diversos atores (institucionais/individuais ou delegados) pretendem aproximar teoria e prática que se distanciaram, se cristalizaram e se enrijeceram separadamente. Frente a um sistema institucional (escolar, universitário) que somente reproduz o conhecimento, prisioneiro de sua própria reprodução; instituições de ensino superadas pela mídia, em termos de geração de informação, mas para as quais faz falta o exercício reflexivo e crítico, do conhecimento e das informações veiculadas para a formação de cidadãos.

Dessa forma, aproximar teoria e prática social revela que o conhecimento é também uma produção social e que as agências de conhecimento (escolas, universidades, laboratórios, igrejas, mídia, sindicatos, etc.) são uma parte desse processo mais abrangente e global, pois não se pode abstrair a maneira de como as sociedades percebem, internalizam e devolvem ao próprio sistema de conhecimento, a crítica e a criatividade de suas críticas e interpretações. Por outro

lado, também, o *sistema de práticas* desconhece a importância do conhecimento, substituindo-o por algumas regras, procedimentos e habilidades.



Sumário

A IMPORTÂNCIA DA MOBILIDADE RURAL PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS, CAMPO LARGO – PR	8
APROXIMAÇÕES ENTRE CONHECIMENTOS ETNOPEDÓGICOS E CIENTÍFICOS SOBRE TERRAS E SOLOS: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ANTONINA E MORRETES – PR.	9
BRANQUIDADE E NEGRITUDE NO LIVRO DIDÁTICO E NA REMEMORAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE PONTAL DO PARANÁ.	16
CENÁRIO DE GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO LITORAL DO PARANÁ E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.	17
CRENÇAS E COSTUMES DA RELIGIÃO CAIÇARA: O DIVINO.	21
DIREITOS HUMANOS: INTEGRANDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A COMUNIDADE LOCAL.	23
HISTORIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.	24
INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL RURAL PELO MÉTODO DA ETNOCARTOGRAFIA.	26
O ARTESANATO, COMO CULTURA, IDENTIDADE E ELEMENTO IMPULSIONADOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: COMUNIDADE DE MORRETES – PARANÁ.	29
OS MONGES DO CONTESTADO E SUA INFLUENCIA NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO E DAS PRÁTICAS DE USOS DOS RECURSOS NATURAL.	31
PRÁTICAS TRADICIONAIS FAXINALENSES: ETNOCONHECIMENTO DA DINÂMICA FLORESTAL NA COMUNIDADE TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL- PR.	33
SABERES E PRÁTICAS DA AGROBIODIVERSIDADE DO TERRITORIO DA COMUNIDADE RURAL CAPIVARI DE CIMA, REGIÃO SUDESTE PARANAENSE, NO CONTEXTO DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS CULTIVOS MODERNOS INDUSTRIAIS.	35
SISTEMAS AGROFLORESTAIS: ESTUDO DE CASO DAS COMUNIDADES RURAIS DE PARANAGUÁ, PARANÁ.	37

TEMPO, MITO, MEMÓRIA EM “OS VIVOS E OS MORTOS”, DE WILSON GALVÃO DO
RIO APA 41



A IMPORTÂNCIA DA MOBILIDADE RURAL PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS, CAMPO LARGO – PR

André de Moraes, Fábila Alessandra Santos de Oliveira, Nicolas Floriani

Resumo: O Espaço, conceito bastante explorado pela Ciência Geográfica, é elemento fundamental para a manutenção de relações sociais, bem como, é resultante destas relações, sendo assim carregado de representações simbólicas e materiais. A mobilidade das relações dadas em determinado recorte espaço-temporal, podem ser representadas através de simbolismos, e deste modo, uma sociedade configurada a partir do sistema capitalista de produção terá suas relações mobilizadas para com o capital financeiro. Com isso, a partir da aplicação de métodos do Diagnostico Rural Participativo (DRP), técnica usada para compreensão da organização econômica, política e socioespacial, pudemos evidenciar a falta de mobilidade rural na Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos, localizada no município de Campo Largo - Pr. Atualmente a comunidade é constituída por 20 famílias, dividida em homens, mulheres e crianças. Parte dos moradores homens adquire renda familiar através da mão-de-obra assalariada em indústrias madeireiras locais, entretanto, a renda proveniente desta atividade não é suficiente para a manutenção das necessidades destas famílias e, sendo assim, as mulheres se organizam para produzir pães, bolos e biscoitos na cozinha do Centro Comunitário de Produção (CCP). O CCP foi, no ano de 2011, recebido pelos moradores através do programa “Ações Integradas Luz para Todos” do Governo Federal com parceria da Eletrosul, com o intuito de que toda a produção fosse comercializada por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), contudo, há uma deficiência no escoamento da produção realizada nesta espacialidade. Os moradores da localidade desfrutam apenas de um veículo de transporte coletivo, que trafega apenas duas vezes ao dia, passando por três comunidades rurais diferentes ate a área urbana de Campo Largo - PR. Esta deficiência supracitada pode estar relacionada à negligência do poder público para com os moradores quilombolas e, conseqüentemente na ausência de políticas públicas mais efetivas. Deste modo, colocamos a necessidade de compreender a produção científica como uma política transversal, preservando os discursos das comunidades tradicionais de maneira a fomentar políticas públicas de direito a acesso aos bens comuns aos cidadãos brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Geográfico; Comunidade Quilombola; Mobilidade Rural.

APROXIMAÇÕES ENTRE CONHECIMENTOS ETNOPEDÓGICOS E CIENTÍFICOS SOBRE TERRAS E SOLOS: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ANTONINA E MORRETES – PR.

Andressa Kerecz Tavares¹, Marcelo Ricardo de Lima¹

¹Universidade Federal do Paraná

andressa_kerecz@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A etnopedologia estuda o conhecimento local sobre solos e terras; dentro deste contexto aborda temas como nomenclatura e taxonomia, a relação com fatores ecológicos, assim como manejo agrícola e sua utilização em outras atividades produtivas. Analisa também as similaridades com o que se considera “saber científico” ocidental (Barrera-Bassols, 1988).

Comparar as interpretações que os agricultores e cientistas possuem pode contribuir para a produção de um conhecimento abrangente, pois tanto os conhecimentos locais como os científicos são incompletos. Este trabalho teve por objetivo verificar as semelhanças e diferenças entre o conhecimento sobre terras e solos de agricultores e cientistas através da correspondência e comparação de classes etnopedológicas e científicas, atributos diagnósticos utilizados.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada nos municípios de Antonina e Morretes, localizados no litoral do Estado do Paraná, possuem área de 876,5 e 687,5 km² e população censitária de 18.891 e 15.718 habitantes, respectivamente. (IPARDES 2012).

A planície litorânea é constituída por depósitos marinhos, continentais e mistos e por morros isolados. Os principais solos encontrados são Espodossolos, Gleissolos, Organossolos, Latossolos (com pequena expressão), Argissolos e Cambissolos (Bhering & Santos 2008).

As propriedades agrícolas destes municípios possuem área média de 66 ha em Antonina e 25 ha em Morretes, as principais atividades agropecuárias são os cultivos de banana, maracujá, palmito, tangerina, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, tomate e a pequena criação de animais, como galinhas e bovinos (IPARDES 2012).

A seleção do grupo informante sucedeu conforme a disponibilidade dos agricultores em participar da pesquisa (Geifus 2002).

Foram realizadas entrevistas com 20 famílias de agricultores (10 em cada município), as procedências dessas famílias são nativas, totalmente imigrantes e mistas.

O método utilizado na pesquisa é o abductivo o qual se destaca pela interpretação e experiência de mundo social por seus membros, assim a tarefa do cientista é descobrir e descrever essa visão “de dentro” sem impor uma visão “de fora” (Blaikie 2002).

As informações sobre o conhecimento local de terras foram determinadas através da metodologia de Geifus (2002) de diagnóstico participativo, com adaptações, a qual possibilitou o trabalho direto no campo e consistiu em quatro etapas: 1) Entrevistas narrativas, 2) Elaboração de mapas participativos, 3) Caminhamentos na unidade de produção e 4) Reunião geral com agricultores.

Durante o período de pesquisa foram identificados cinco informantes chave, conforme Geifus (2002) os informantes chave são pessoas capazes de representar os pontos de vista da coletividade, possuem grande conhecimento da cultura estudada. Estes informantes também contribuíram para a confirmação dos dados.

As informações obtidas foram comparadas com outras fontes: entrevistas, resultados de exercícios (mapas participativos e caminhamentos), de modo a se fazer uma triangulação dos resultados (Geifus 2002).

As classes de terras identificadas pelos agricultores também foram classificadas conforme as técnicas científicas formais, utilizando a descrição de dois perfis complementares de solo para cada classe etnopedológica identificada pelos agricultores, sendo um em cada município.

Para a descrição morfológica foi utilizada a metodologia de Santos et al. (2005) e coletadas amostras que foram analisadas em relação a parâmetros químicos (pH em CaCl₂, P disponível, Ca, Mg, K e Al trocáveis, e acidez potencial) (Marques & Motta, 2003) e granulométricos (areia, silte e argila total pelo método do densímetro) (Embrapa, 2011). Para enquadramento na classificação formal de solos tomou-se como referência o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos - SiBCS (Embrapa, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que as terras classificadas pelos agricultores entrevistados apresentam diferenças e não correspondem sempre à mesma classe de solo conforme o SiBCS. É o caso da “Terra de Morro” e da “Terra de Desmonte” que apresentaram mais de uma ordem correspondente no SiBCS. Porém outras classes etnopedológicas apresentaram uma única subordem no SiBCS, como no caso do “Sabão de Caboclo” e “Terra Argilosa” (TABELA 1).

TABELA 1 - Classificação etnopedológica e respectiva classificação formal do SiBCS dos perfis complementares de Antonina e Morretes (PR).

Classe etnopedológica	Classificação formal
‘Terra de Morro’	CAMBISSOLO HÚMICO Distrófico típico
	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico típico
‘Sabão de Caboclo’	GLEISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico
	GLEISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico típico
‘Terra Argilosa’	CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico
	CAMBISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico típico
‘Terra de Desmonte’	CAMBISSOLO FLÚVICO Ta Distrófico típico
	NEOSSOLO FLÚVICO Ta Eutrófico típico

Resultados semelhantes foram descritos por Queiroz & Norton (1998) em uma pesquisa etnopedológica com agricultores cearenses do Vale do rio Acaraú, na qual foram encontradas classificações locais que nem sempre correspondiam à mesma categoria de solo. Os autores concluíram que as classificações locais representam a forma de como as pessoas percebem o ambiente e que estas observações indicam que a relação do conhecimento etnopedológico e as características de solo devem ser verificadas localmente.

Em uma revisão de literatura realizada por Oudwater & Martin (2003) sobre as metodologias e particularidades nas pesquisas etnopedológicas, foi verificado que os agricultores realizam suas observações de forma qualitativa e que as percepções podem variar de um entrevistado para outro, ressaltando a premissa de que o conhecimento é local e específico e por isso não pode ser generalizado.

Talawar & Rhoades (1998) realizaram uma análise comparativa sobre a classificação de solos realizada por cientistas e agricultores e observaram que o conhecimento local é altamente contextual e pode ter relação com os atributos, propriedades ou uso do solo. Os agricultores percebem além das características do solo, fatores agroecológicos e socioculturais para realizar suas classificações.

Sillitoe (1998) realizou uma revisão de literatura sobre o conhecimento local e o recurso solo e constatou que as comparações entre classificações locais e científicas são complexas, porque elas possuem critérios diferentes de avaliação. O conhecimento etnopedológico é específico para o local e culturalmente relativo, enquanto o conhecimento científico é amplo no sentido de que é contemplado por todos os cientistas de solo e voltado para uma perspectiva global.

Deve ser ressaltado que o SiBCS foi concebido para classificar os solos em nível nacional e, portanto, os critérios de separação apresentam limites que, muitas vezes, podem distinguir solos muito semelhantes entre si, mas que apresentam tendência para o conceito central de suas respectivas classes taxonômicas.

Por outro lado, em um trabalho com agricultores do sudoeste da Nigéria, Osunade (1998) constatou que uma classe formal de solo pode ser constituída por mais de uma classe etnopedológica, indicando que os agricultores também podem refinar aspectos não contemplados em classificações taxonômicas.

Pode ainda ocorrer uma baixa correlação entre os sistemas etnopedológicos e científicos de classificação, conforme foi observado por Braimoh (2002).

Também Ali (2003), em uma pesquisa com agricultores do sul de Bangladesh, verificou que a classificação etnopedológica diferiu da científica, devido aos diferentes objetivos e abordagens realizadas por agricultores e cientistas.

Os agricultores entrevistados em Antonina e Morretes nomeiam as terras utilizado aspectos relacionados com os seus conhecimentos, com a cultura e história local. Por exemplo, a classe “Terra de Morro” emprega um parâmetro geomorfológico, pois associa a posição na paisagem e a fertilidade; a terra “ Sabão

de Caboclo” serve-se de um aspecto histórico-cultural local; a classe “Terra Argilosa” possui esse nome devido a textura e a “Terra de Desmorte” tem origem no conhecimento obtido dos fenômenos naturais (deposição de solo) observados ao longo tempo por esses agricultores.

Para nomear os solos o sistema formal, o utiliza da características predominantes nas classes como aspectos relacionados à gênese do solo no caso dos Neossolos ou em características físicas como nos Vertissolos, Latossolos e Plintossolos. Os nomes dos solos também consideram aspectos históricos-culturais como no caso dos Gleissolos e Chernossolos que são baseados no conhecimento local de agricultores russos, e que foram adotados em diversos sistemas de classificação do mundo e tem origem nos estudos por Vasily Vasilí'evich Dokuchaev (Krasilnikov& Tabor, 2003).

Neste trabalho não foram identificados níveis hierárquicos na classificação local de terras dos agricultores de Antonina e Morretes. A nomenclatura atribuída se utiliza de termos compostos para designar as terras como “Terra de Desmorte” ou “Sabão de Caboclo”. Ao contrário, a classificação formal de solos possui níveis hierárquicos, e apresenta maiores especificidades nas características consideradas.

Por outro lado, Benassi et al. (2009) observou que agricultores faxinalenses da região centro sul paranaense valorizam a camada superficial e nomeiam de “terra”, e acrescentam outras informações importantes que as diferenciam em níveis, podendo chegar até o terceiro nível categórico.

CONCLUSÕES

Constatou-se que as terras classificadas pelos agricultores entrevistados apresentam diferenças e não correspondem sempre à mesma classe de solo conforme o SiBCS. Os critérios utilizados para nomear as terras são baseados nos conhecimentos locais e no contexto histórico-cultural em que os agricultores estão inseridos, de forma semelhante a ciência formal também utiliza estes aspectos. O sistema de classificação dos agricultores não apresenta hierarquias diferentemente do SiBCS. Os dois sistemas de classificação apresentam similaridades demonstrando que existe uma ciência comum entre agricultores e cientistas, e que os saberes podem se complementar para formar um conhecimento completo e aproximado da realidade local.

Referências:

ALI, A.M.S. Farmers' knowledge of soils and the sustainability of agriculture in a saline water ecosystem in Southwestern Bangladesh. *Geoderma*, 111:333-353, 2003.

BARRERA-BASSOLS N Etnoedafología Purépecha: conocimiento y uso de los suelos en la cuenca de Pátzcuaro. *México Indígena* 24: 47-52, 1998.

BENASSI, D.A.; SANTOS, J.A.B. & GIAROLA, N.F.B. Conhecimentos etnopedológicos dos agricultores do centro-sul do Paraná. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 4:1862-1865, 2009.

BHERING, S.B. & SANTOS, H.G. (Eds.). Mapa de solos do estado do Paraná: legenda atualizada. Rio de Janeiro, Embrapa Solos; Colombo, Embrapa Florestas; Londrina, Instituto Agrônômico do Paraná, 2008.74 p.

BLAIKIE, N.W.H. *Designing social research. The logic of anticipation*. London, Polity Press, (2002). 298 p.

BRAIMOH, A. K. Integrating indigenous knowledge and soil science to develop a national soil classification system for Nigeria. *Agriculture and Human Values*, 19:75–80, 2002.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Manual de métodos de análise de solo. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, 2011. 230 p.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2. ed. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 2006. 306 p.

GEILFUS, F. 80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San José, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2002. 217 p.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno estatístico município, 2012.

KRASILNIKOV, P. V. & TABOR, J.A. Perspectives on utilitarian ethnopedology. *Geoderma*, 111:19- 26, 2003.

MARQUES, R. & MOTTA, A.C.V. Análise química do solo para fins de fertilidade. In: LIMA, M.R. (Org.) et al. Manual de diagnóstico da fertilidade e manejo dos solos

agrícolas. 2. ed. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2003. p. 81-102.

OUDWATER, N. & MARTIN, A. Methods and issues in exploring local knowledge of soils. *Geoderma*, 111:387–401, 2003.

QUEIROZ, J.S. & NORTON, B. E. An Assessment of an indigenous soil classification used in the caatinga region of Ceara State, Northeast Brazil. *Agricultural Systems*, 39:289-305,1992.

SANTOS, R.D.; LEMOS, R.C.; SANTOS, H.G.; KER, J.C. & ANJOS, L.H.C. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 5. ed. Viçosa, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005. 100 p.

SILLITOE, P. Knowing the land: soil and land resource evaluation and indigenous knowledge. *Soil Use and Management*, 14:188-193, 1998.

TALAWAR, S. & RHOADES R.E. Scientific and local classification and management of soils. *Agriculture and Human Values*, 15:3-14, 1998.

BRANQUIDADE E NEGRITUDE NO LIVRO DIDÁTICO E NA REMEMORAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE PONTAL DO PARANÁ

Rozana Teixeira

Secretária de Estado da Educação – Paraná

RESUMO - No artigo se efetuou análises das imagens da negritude e da branquidade veiculada pelo livro didático de História e Língua Portuguesa, de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, em publicações de 2006, 2009 a 2011. O objetivo é apontar o papel que a linguagem visual do livro didático desempenha no processo de construção coletiva da representação social da branquidade e da negritude, analisar se as imagens interferem no relacionamento e na aprendizagem nos dois grupos em sala de aula, verificar em amostras distintas, se a Lei 10.639/003 vem sendo levada em consideração por autores e editoras na escolha de textos e imagens para as suas publicações. Em um segundo momento, alunos representantes da branquidade e da negritude, do Colégio Professor Paulo Freire – Pontal do Paraná participaram de uma atividade de rememoração, através de desenhos, sobre as imagens da negritude e da branquidade que ficaram registradas em suas memórias. Nas análises das imagens veiculadas pelo livro didático, bem como das imagens rememoradas, procuro dialogar com as teorias da ideologia (THOMPSON, 2007), da representação social (MOSCOVICI, 2004) e de estudos contemporâneos sobre discursos racistas em livros didáticos. Na amostra selecionada para este artigo, os livros publicados em 2006 apresentam imagens estereotipadas da negritude. Conclui-se que, nessa amostra, as formas simbólicas continuam sendo usadas para estabelecer e sustentar relações de poder e dominação. Nas amostras de 2009 e 2011 algumas mudanças ocorreram tanto no livro didático de História, quanto no de Língua Portuguesa, porém as permanências superam as rupturas. As imagens rememoradas pelos alunos apontam a negritude em situação humilhante, enquanto a branquidade aparece em situação privilegiada.

Palavras-chave: branquidade, negritude, estereótipos, livro didático.

CENÁRIO DE GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO LITORAL DO PARANÁ E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Liz Meira Góes
UFPR
Instituição de Fomento: CAPES

INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica brasileira de neodesenvolvimentismo possui um de seus pilares o investimento em desenvolvimento de megaprojetos e construções de grandes obras de infraestrutura (ROUGEMONT; PÉREZ, 2012). Os conflitos relacionados a ocupação de territórios ocorrem entre devido a diferentes interesses, sobre o papel do Estado como reprodutor do capital em detrimento do meio ambiente e comunidades locais (PEREZ; GONÇALVEZ, 2012). No litoral do Paraná, a conservação da natureza é responsável pela proteção de aproximadamente 80% do território. A previsão grandes obras de infraestrutura no litoral do Paraná tem acarretado uma sobreposição entre conservação e desenvolvimento econômico, gerando conflitos socioambientais.

METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é construir o cenário das grandes obras de infraestrutura no Litoral do Paraná. Para o panorama dos empreendimentos de grande infraestrutura no litoral do Paraná serão descritas as obras que pediram o licenciamento ambiental, bem como sua fase no licenciamento (Licença prévia, Licença de instalação e Licença de operação) e o órgão ambiental responsável (IBAMA ou IAP). Os empreendimentos que estão em Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental também serão apresentados.

RESULTADOS

Empreendimento	Descrição do empreendimento	Sobreposição com Ucs e Localização	Órgão Licenciador - Estágio do Licenciamento
Antonina			
Estrada Guaraqueçaba	Antonina-Guaraqueçaba (Atual PR340) - Pavimentada PR405 : 16,2km antonina-km60,6 Guaraqueçaba	Unidades de Conservação: APA Guaraqueçaba - 60,6km apa estadual, apa federal 76,8km. IAP - LP	IAP -fase inicial
Ponta do Felix	Construção de tres berços de atracação e um dolphin. 570m de berço e dolphin. Armazen para fertilizante.	Localização- Ampliação do terminal existente da Ponta do Felix. IBAMA	IBAMA - fase inicial
Parigot de Souza - Não tem licença é anterior a lei ambiental.	Duto 14.100 metros que atravessa a serra do mar, canal fuga em antonina (rio cachoeira) 2.230 metros.	Dobra a vasão do rio cachoeira. Hipótese: assoreamento de antonina. Pedir licenciamento para a usina, pois ainda nao possui.	-----
Brás Mar	Esteiro, reparo e restaurações em embarcações. Aterro e Dragagem.		IBAMA/ TR
Paranaguá			
Dragagem de manutenção	Dragagem de manutenção 15 metros - Baía de Paranaguá.		IBAMA/LO
Porto Paranaguá ampliação	Pier T (Corredor de exportação) e F (graneis sólidos) ambos para 4 navios?		IBAMA/ LP-AP
Fospar	Fertilizante.		IBAMA/LO
Terminal de Containers do Paraná - TCP	1 berço e 4 dolphis. Ampliação em 315 metros a leste.	Previsão de termino em dezembro. Previsão pier vasado 100 estacas. Obra visitada continha 300 estacas não vasadas.	IBAMA/LI;
Novo Porto/ Porto Embocui	Pier em L com aproximadamente 2 km, Retroarea de 2 km quadrados.	Localização: entre a foz do rio emgoguaço e a foz do rio embocui. zona de expansão do PDZPO. Nivel de degração alto na região, muitos de areais na região e oleoduto passa na região. Preve significativa obra de dragagem.	IAP/TR EMITIDO. ESTUDO EM FASE INICIAL. EIA MAIS 6 MESES.
Novo Parque de Tancagem Cattalini	44 tanques de ácido carbônico. Aproximadamente 175 mil metros quadrados. Avenida Bento Munhoz Rocha.	Área de ocupação urbana.	IAP/ LP-AP
Pontal do Paraná			
Porto Pontal	Terminal de Containers de Pontal do Paraná - TCPP. Infraestrutura e Superestrutura.		IBAMA/ LP
Odebrecht	Readequação do Cais da antiga TENENGE, permitindo a atracação de navios tipo FPSO (Unidades Flutuantes de Produção, Armazenagem e Transbordo). 700 metros de cais, com largura de 56 metros. Dragagem aprofundamento para 15 metros.	Pontal do Pré- sal.	IAP/LP
Melpori/Cattalini	Ainda em construção o projeto: Pier, Tancagem para Graneis líquidos e Dragagem.	Vegetação estágio médio avançado.	IAP/TERMO DE REFERENCIA
Subsea7	Um pier de atracação e instalações de caldeiraria e montagens mecânicas em aço, para uso em plataformas e equipamentos Navais.	Área virgem e modificação do ZEE para sua implementação. Empreendimento licitado pelo governo federal para areas portuarias.	IAP/TERMO DE REFERENCIA
Techint - ampliação	Ampliação área de trabalho		IAP/ LI
Lineares			
BR101 – EVTEA		Localização: Antonina,. APA estadual e federal de Guaraqueçaba; - Estrada de Pontal do Paraná está contemplada.	
Ferrovia VALEC – EVTEA – APRESENTAÇÃO DO TRAÇADO	Lapa á Paranaguá	APA Guaratuba (cruza aproximadamente 37km); U.C. Guaricana; U.C. Saint Hillaire (passa no limite do parque).	
Poliduto- IAP – AUDIENCIA PÚBLICA(LP)	500 KM. Municípios do Litoral:	AET Marumbi (cruza 2,5 km); Manguezais Paranaguá (cruza 2,5 km).	IAP/ LP-AP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o atual cenário percebe-se uma mudança na proposta de desenvolvimento para o litoral do Paraná. A região que nas últimas décadas tem apresentado uma forte vertente conservacionista, na qual grande parte de seu território pertence a áreas protegidas ambientalmente, tem sido alterado para um desenvolvimento baseada em grandes obras de infraestrutura. Os empreendimentos destacados nas cidades de Pontal do Paraná, Paranaguá e Antonina avançam na expansão portuária da região. Outro setor que apresenta destaque são os empreendimentos ligados ao pré-sal, principalmente na região de Pontal do Sul. Porém, apesar destes empreendimentos estarem em licenciamento ambiental a dificuldade encontrada para sua aprovação são as estruturas logísticas muito precárias na região. Assim, as obras lineares, são apresentadas para viabilizar o acesso aos outros empreendimentos (BR 101 e Ferrovia). Este cenário que a princípio se encontra apenas como projeção pode vir a acarretar uma série de conflitos ambientais e sociais na região.

Referências:

AGUIAR, C. D. **Sobreposições entre Políticas Públicas: obras do PAC e unidades de conservação no corredor de biodiversidade da Serra do Mar.** 2011.

ANTUNES, H.; ANA, D. S.; ALVES, E. DE J. P. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MARANHÃO. p. 94–113, 2010.

CARVALHO, F. C. DE. Metamorfoses do Território : o (re) surgimento de conflitos na implantação de grandes projetos de desenvolvimento. 2010.

PÉREZ, M. S.; GONÇALVES, C. U. DESENVOLVIMENTO E CONFLITO TERRITORIAL - PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE AS COMUNIDADES ATINGIDAS PELO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE-PE, BRASIL. n. 2, p. 166–179, 2012.

ROUGEMONT;, L.; PÉREZ, M. S. **PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS TERRITORIAIS ENTRE PESCADORES/AS ARTESANAIS E**

MEGAPROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: OS CASOS DE SUAPE E COMPERJ

XIII Jornada do Trabalho. **Anais**. 2012.

SERRÃO, M. A. Consequências socioambientais da expansão uma análise a partir da Ecologia Política. In: **Projeto Polen**. [S.l: s.n.]. p. 39–60.

SOUZA, A. A. DE; AUGUSTO, F.; BERZINS, J. Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj): v. 1, p. 151–175, 2013.

DOCUMENTOS LICENCIAMENTOS IAP -

<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=646>

DOCUMENTOS LICENCIAMENTOS IBAMA - <http://www.ibama.gov.br/perguntas-frequentes/licenciamento-ambiental>

CRENÇAS E COSTUMES DA RELIGIÃO CAIÇARA: O DIVINO

Renata Cristina dos Santos¹, Mirelly Lacerda Pinheiro¹, Thays Alves Lopes¹, Kelly Cristine da Conceição², Patrícia Martins¹

¹Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaguá

²Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

Introdução

A cultura do povo caiçara, um híbrido das culturas portuguesa, indígena e negra, vêm se preservando ao longo do tempo, em função da vivência de antigas tradições, e suas re-atualizações em contexto atual, o povo caiçara consegue estabelecer uma sustentabilidade de sua cultura. Um exemplo vivo dessa preservação e hibridismo entre culturas pode ser visto na religião do povo caiçara, que se caracteriza por misturar tradições religiosas. Pouco se conhece dessa religião, da qual uma das principais manifestações é a Festa do Divino, que ocorre principalmente nas ilhas do litoral paranaense.

Objetivo

Buscar, através de referencial teórico e entrevistas com os principais envolvidos nesta prática, organizar de forma clara informações sobre as comemorações ao Divino.

Metodologia

Os dados que subsidiaram essa pesquisa foram coletados em duas fases: A primeira foi à busca por referencial teórico e a segunda fase foi caracterizada pela coleta de informações por meio de saídas de campo.

Resultados e discussões

O povo caiçara segue a religião católica, imposta em sua colonização. Não há o hábito de dirigir-se à igreja semanalmente, porém o caiçara segue as tradições católicas, tendo também o costume de realizar terços em casas da comunidade. Comemora os dias sagrados através de festas e procissões.

Há uma festa onde a religião e a cultura caiçara se confundem. Denominada Festa do Divino, chegou aqui através dos colonizadores portugueses e, desde então, sofreu poucas modificações. A festa e a folia ao divino são mantidas pela Associação Mandicuera, que tem sua sede na Ilha do Valadares, em Paranaguá. Nela está localizada a capela do Divino, onde ficam as bandeiras e para onde são levadas as preces dos fiéis. Também na Associação Mandicuera está a oficina de instrumentos caiçaras, onde são ofertadas aulas de confecção e toque e de onde vêm os instrumentos utilizados durante a folia do Divino. Na frente da Capela ocorrem os cantos da alvorada e do anoitecer, às 6 da manhã e da tarde, todos os dias.

Durante o período entre o domingo de Páscoa e o Pentecostes os membros da associação realizam a romaria ou folia do divino, visitando as casas das Ilhas do Litoral Paranaense com as bandeiras da trindade (branca) e do divino (vermelha). Ambas são presas em um mastro de 2m de comprimento, onde na extremidade

superior encontra-se um grande buquê de flores, de onde pendem dezenas de fitas coloridas, onde são depositadas preces e agradecimentos dos fiéis. Ao centro da bandeira branca, estão representados Pai, Filho e Espírito Santo. Já na vermelha, temos ao centro uma representação do Divino Espírito Santo através da pomba branca. Ao chegar a uma casa, a romaria é recebida pela família, que recebe as bandeiras e entra seguida do grupo presente na romaria. Já no interior desta, os músicos realizam uma “cantoria de entrada”, com versos improvisados. Em seguida, é feita uma breve oração silenciosa e a “cantoria de saída”, onde os músicos e foliões se retiram da casa, seguidos de membros da família que carregam as bandeiras de “ré” para fora. O fandango também é uma tradição, sendo usado como forma de comemoração e louvor ao Espírito Santo.

Conclusão

Apesar de já ter sido muito popular, a festa do Divino vem perdendo seu espaço. Com o surgimento de novas religiões e tecnologias, há grande desrespeito à essa cultura por parte de pessoas não católicas e dos mais jovens, que tratam essa folia como uma bagunça e não dão valor à cultura local. Os membros da Associação Mandicuéra dizem ser uma reação normal das pessoas, devido ao estilo sonoro das musicas e ao jeito de serem cantadas, reconhecendo que não são cotidianas, por terem suas origens nos tempos medievais.

MARTINS, P. Sobre Tamancos e Violas: uma descrição do fandango da ilha dos Valdares In: Enciclopédia Caiçara.1 ed.São Paulo : Hucitec, 2006, v.V, p. 389-402

DIREITOS HUMANOS: INTEGRANDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A COMUNIDADE LOCAL

Simone Vosne Portela¹
Pedro Ernani Kosiba¹
Rita de Cássia Falleiro Salgado¹
¹Universidade Tuiuti do Paraná

RESUMO - Em relação ao Artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual se tem a orientação da instrução voltada ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, as trocas de experiências, a promoção de ações e de projetos que viabilizem o diálogo e a fomentação da solidariedade, possibilitam a cooperação e o envolvimento da comunidade. Nesse sentido, o Vº Encontro da Rede Internacional – CEPIAL, em especial, o 1º Encontro Internacional sobre Etnicidade e Populações Autóctones, apresenta-se como mediador dessas trocas de experiências entre os mais diversos atores da sociedade. Dessa forma, objetivando-se o debate junto a professores, alunos e comunidade escolar cuja investigação, a partir das teorias da justiça, da política e da gestão da educação no Brasil, revela-se como instrumento capaz de explicitar a formação humana, as de questões normativas e ético-políticas, surgem. Sendo assim, ao propor-se trabalho efetivo junto à comunidade, perpassou a promoção da disseminação da cultura e dos valores dos Direitos Humanos, criando-se, logo, oportunidades de reflexão e de atuação no âmbito da cidadania. Juntamente com a reflexão, o vivenciamento sobre e formação democrática na comunidade local e, após 76 (setenta e seis) horas de trabalho, 81 (oitenta e um) pessoas concluíram a atividade proposta. Assim, cumpriu-se o importante papel de responsabilidade social da universidade, considerando-se a proposta do Grupo de Pesquisa Teoria da Justiça, Ética, Democracia e Educação do PPGED – Mestrado e Doutorado em Educação da UTP-PR, coordenado pelo Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva, no que se refere à educação e cidadania, ao respeito dos direitos humanos, à diversidade e às diferenças.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Cooperação; Respeito; Cidadania;

HISTORIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Rogério Baptistella
Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaguá

CONTEXTUALIZAÇÃO

É a partir da filosofia da realidade histórica que se situa o lugar mais adequado para analisarmos o enfoque dos direitos humanos. Não se trata de fazer uma análise de como surgiram os direitos humanos ao longo da história. O que nos interessa é analisá-los como momento de uma práxis que garanta uma maior humanização ao ser humano. Neste sentido, eles devem ser analisados para além do ideal que eles anunciam e da criação de normas jurídicas nacionais ou internacionais.

Os direitos humanos, para Ellacuría, são algo que afeta radicalmente todos os seres humanos, daí a pretensão de alcançar uma validade universal. Para tanto, é preciso ter claro a partir de onde, para quem se proclamam os direitos humanos. Ellacuría propõe que seja a partir dos povos oprimidos e das maiorias populares em busca de libertação.

O MÉTODO DA HISTORIZAÇÃO DOS CONCEITOS

Porque a necessidade de historicizar os conceitos? Porque a historicização compreende que os conceitos têm a ver não com abstrações e, sim, com a realidade concreta. O intento é demonstrar que a historização dos conceitos desmascara o uso abusivo de conceitos abstratos, ideologizados e a-históricos. O processo de ideologização dos conceitos se caracteriza por dois mecanismos fundamentais: primeiro é o dogmatismo (transforma algo histórico em uma coisa natural), o segundo caracteriza-se pelo fato de fazer das ideias o motor da história (idealismo). Assim, o método da historização torna-se um princípio fundamental de verificação histórica para demonstrar a verdade ou o que cada fato, conceito ou princípio esconde. Este método converte-se, então, em um importante instrumento de libertação das ideologizações da realidade e abre caminho para um processo de humanização e de libertação em contextos históricos marcados pela opressão.

CONCLUSÕES

- Tal método permite verificar, na realidade concreta, se os direitos humanos se realizam ou identificar os aspectos que os inviabilizam.
- Permite a verificação “prática” da verdade-falsidade, justiça-injustiça, ajuste-desajuste que se dá do direito proclamado.
- Oportuniza perceber se o direito proclamado serve para a segurança de uns poucos e deixa de ser efetivo para os demais
- Verificá-los não a partir do que dizem, mas a partir das práticas dos povos.
- Permite constatar as contradições e ambiguidades dos direitos humanos, ou seja, a positividade de alguns direitos através de normas jurídicas criaram novas injustiças.
- Em fim, percebe-se que a luta pelo reconhecimento dos direitos humanos está marcada por lutas liberais que, na realidade, são logros reais e verdadeiros contra a justiça e a dominação, porém, com o passar do tempo o liberalismo se tornou o modelo de liberdade caminho, sobretudo, para preservar e impedir que outros grupos sociais tivessem acesso a liberdade.

Referências:

ELLACURÍA, Ignacio. **Escritos Filosóficos**. v.1. San Salvador: UCA Editores, 2001.

_____**Escritos Filosóficos**. v.3 San Salvador: UCA Editores, 2001

_____**Universidad, derechos humanos y mayorías populares**. En: Revista de Estudios Centroamericanos (ECA), 1976, pp.425-450.

MARTÍNEZ, A. R. **Los derechos humanos desde el pensamiento de Ignacio Ellacuría**. Madrid: Editorial Dykinson, 2009.

SENENT, J. A. **Ellacuría y los derechos humanos**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1998.

INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL RURAL PELO MÉTODO DA ETNOCARTOGRAFIA

GRACINA, Gilliane G., CARRILHO, Ane C.

Universidade Estadual de Ponta Grossa, gigracina@gmail.com

RESUMO - A etn-cartografia é o processo metodológico que visa resgatar as memórias dos povos por meio de cartas e mapas, servem para compreender como determinado grupo social visualiza seus elementos culturais, históricos e territoriais. Conforme Campione (2003), a etn-cartografia sugere a descrição no espaço que os grupos compõem, define esse método como a classificação espacial dos elementos culturais e naturais, resgata a memória cultural, possibilitando a compreensão do local habitado por esses. Dessa forma, usa-se esse processo para compreender uma microterritorialidade rural inserida na cidade de Ponta Grossa- Paraná. Segundo Castells (2008) microterritorialidades são pequenos grupos sociais que identificam-se entre si, possuindo características e identidades próprias, no caso das microterritorialidades rurais são grupos sociais tradicionais, que mantem-se convencidos diante das transformações que ocorrem na paisagem. Por se fazer presente no espaço urbano discute-se a teoria do hibridismo entre rural e urbano, trazendo em sua conjuntura elementos caracterizadores do modo de vida rural, como atividades produtivas, forma de organização familiar, divisão do trabalho. Para compreender as tipologias apontadas usa-se os conceitos abordados por Joel Bonnemaison, o qual destaca que as práticas que compõem a cultura ou identidade de um ser são denominadas geossímbolos, estas se conectam as lembranças e memórias, assumindo uma forma simbólica, contribuindo na construção da identidade cultural do sujeito. Para a construção dessa pesquisa usa-se o método da etn-cartografia, descrito por Acselrad e Coli (2008) como um mapeamento participativo, trazendo a noção espacial de quem o descreve. Segundo Herrera (2009), a cartografia social (etn-cartografia) é uma metodologia que possibilita a construção do conhecimento de determinado lugar, demonstrando o espaço geográfico, socioeconômico, histórico, social e cultural. Busca-se compreender como esses sujeitos se veem inseridos no espaço que compõem, e como vislumbram a paisagem ao seu entorno, bem como, também compreender qual como foi o processo de transformação da área. Para isto foi realizada a construção de dois mapas, um mostrando como era o loteamento quando se instalaram neste e outro mostrando a paisagem atual. Tendo como resultado o primeiro mapa referente ao período do final da década de 80, a representação do desenho de inúmeras áreas ocupadas por plantações, matas fechadas, poucas residências todas

com presença de cultivos e algumas áreas empresariais. O segundo mapa referente ao período atual demonstra as residências em um número maior devido aumento de ocupação da área, cultivos nos quintais, lotes e chácaras de cultivo e lazer, áreas de empresas e espaços desocupados. Porém, um fato extremamente interessante fez chegar-se a conclusão sobre como esses sujeitos se veem diante da cidade, pois no entorno do local estudado se localizam loteamentos compostos na maior parte círculos residências e empresariais, e em nenhum dos mapas demonstrou-se fazerem parte desse meio, sendo que a área estudada se insere em um desses loteamentos. Os resultados convergiram na obtenção de duas paisagens culturais distintas, possibilitando compreender como vislumbram o meio que vivem, concluindo que esses não se veem inseridos no espaço urbano embora façam parte deste, sentem-se como se estivessem e vivessem no campo, mantendo e reproduzindo seus hábitos, de forma adaptada devido à relação com o urbano. Porém, sem perderem suas identidades e características primárias, mantendo em suas memórias e residências os geossímbolos rurais, resultando em um espaço híbrido urbano-rural.

Referências:

Ascelrad, Henri;COLI, Luis R. Disputas Territoriais e disputaas cartográficas. Cartografias Sociais e Território/ Henri Acselrad(organizador).Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,2008.

BONNEMAISON,J.Viagem em Torno do Território.In:Corrêa,R e Rosendahl,Z.(orgs.)Geografia Cultural:Um Século (3).Rio de Janeiro:Ed. UERJ,2002.

CAMPIONE, Francesco Paolo. Etnia Ed Etnicismi. Como, Itália: Università degli Studi dell'Insubria, 2003

CASTELLS, Manuel.O poder da identidade.Tradução Klauss Brandini Gerhardt.6.ed.São Paulo.Paz e Terra,2008.

CHAYANOV, Alexander V. La organizacion de la unidad economica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

HERRERA, J. Cartografia Social. Universidad Nacional Cordoba, 2009.

LIMA,Rosirene M.O rural no urbano.Uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz-MA:Ética,2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Cadastro Técnico Municipal (CTM), Departamento de Urbanismo(DU).

WOLF, E. R. Sociedades Camponesas. Curso de Antropologia Moderna. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

O ARTESANATO, COMO CULTURA, IDENTIDADE E ELEMENTO IMPULSIONADOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: COMUNIDADE DE MORRETES - PARANÁ

Izabel Cristiane Jorge, Josiane Ferreira Gomes de Lourenço, Lucilene Fogasso, Lenir Maristela Silva, Neusa Maria Tauschekl, Ionete Hasse, Almir Carlos Andrade

Estudantes da UFPR Litoral

Professores da UFPR Litoral

Professora da SEED/PR

Professora do IFPR-Paranaguá

RESUMO - O projeto iniciou informalmente em 2001, após a catástrofe ambiental que desterritorializou muitas famílias. Mas na sequência tornou-se um Projeto de Extensão e também um espaço de atividades pedagógicas permanentes do eixo “Interações Culturais e Humanísticas” do Projeto pedagógico da UFPR Litoral. Como projeto de extensão tem a participação do IFPR – Paranaguá, da SEED/PR e da Fundação Malucelli de Morretes/PR. Nos períodos letivos, todas as quartas-feiras, estudantes, professores e voluntários desenvolvem atividades com a perspectiva de ampliar as possibilidades de agregação de trabalho e renda a partir da confecção de artesanatos para comunidades carentes. Neste relato apresentamos resultados preliminares das atividades desenvolvidas de agosto de 2012 a junho de 2013. Os objetivos foram realizar ações numa perspectiva de desenvolvimento local e empoderamento. Além disso, visaram à valorização da prática do artesanato relacionando com a identidade local. A principal atividade foi a criação e implementação de um sistema de valorização e aperfeiçoamento das artesãs, capacitando-as nas mais diversas técnicas, combinações de materiais e também no que se refere a gestão e comercialização dos produtos. Esse sistema inclui diálogos na perspectiva da educação popular Freireana e noções de ajuda mútua e cooperação, que aplicam gestão à produção. Vivenciamos e descobrimos técnicas de como aprimorar o artesanato em função de fazer com que as artesãs resgatassem sua identidade histórica e cultural. Com isso, pudemos aprender e contribuir de forma ética sobre a cultura local, suas interrelações com elementos de outras culturas e, sua complexidade dos dias atuais. A comunidade local mostra-se envolvida com o projeto, trazendo várias sugestões. Um exemplo importante da empatia atual é o fato delas nos receberem com lanche pronto, enquanto que anteriormente, nós é que nos preocupávamos em elaborar o lanche. Há também o desejo de uma organização cooperativa, cuja temática também já foi inserida em oficina. Resultados

desta complexa relação entre comunidade e estudantes é o fato a experiência ter originado diversos Projetos de Aprendizagem, a saber: Produção de colares: identidade local e trabalho manual; Memórias do Projeto feito à mão; Relação entre ciência e artesanato; dentre outros em processo de construção. Nos aspectos de produção artesanal, os resultados foram: criação de colares utilizando mistura de fibras, tecidos e botões e criação de almofadas, chaveiros e capas de livros em que a flora nativa é expressa em bordados.

OS MONGES DO CONTESTADO E SUA INFLUENCIA NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO E DAS PRÁTICAS DE USOS DOS RECURSOS NATURAIS

Antonio Marcio Haliski (IFPR-Paranaguá)

antonio.haliski@ifpr.edu.br

O presente trabalho enfoca o papel dos monges do Contestado na formação do discurso e das práticas em torno dos usos dos recursos naturais, entre o sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. Fala-se em três monges que possuíam grande conhecimento sobre sementes, plantio, ervas medicinais, entre outras. O primeiro, João Maria Agostini, **Habitou durante muito tempo as matas do Ipanema**, peregrinava para o sul, erguendo cruzeiros e capelas, pregando, curando, organizando procissões, sendo sua presença assinalada até em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 1849. Viveu também muito tempo na gruta da Lapa-PR, onde sua memória até hoje é venerada. O segundo João Maria chamava-se Anastás Marcaf, **tinha fases de retiro no meio das florestas**, de onde saía para percorrer o sertão, entregando-se a atividades idênticas às de seu antecessor. O terceiro foi José Maria (e não João com os outros), noticiado como ‘irmão’ de João Maria e seu enviado, que se fazia chamar Monge José Maria. Várias curas bem sucedidas aumentaram-lhe o seu renome, e então retomou inteiramente as atividades de seu predecessor, cujo exemplo seguiu quase por completo. No entanto, ao contrário de João Maria, o novo Monge conservava em torno de si os fiéis, que o seguiam em procissão de um lado para o outro. E também aceitava donativos pelos conselhos e receitas, em dinheiro ou em espécie, justificando que precisava comprar uma farmácia para ‘seu povo’.

Dessas andanças acredita-se que eles tenham criado aquilo que denomina-se de *Mandamentos das Leis da Natureza*. Vejamos alguns: Não se devem queimar folhas, cascas e nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra da emprestado, quer de volta; É errado jogar palha de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que comer e virar o coxo. A terra se ofende; Ao cortar uma árvore ou pé de mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo; Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho é quase gente; As casas e as propriedades de quem incendeia as matas. Um dia também hão de virar cinzas; A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir e urinar na água, é o mesmo que escarrar e urinar na boca de sua mãe; O Pai da Vida é Deus. A mãe da vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou. Quem não sabe ler o Livro da Natureza é “analfabeto de Deus”; As

horas de chuva são as horas de Deus. É quando a Mãe-Natureza vem trazer água para seus filhos na terra; O cavaleiro que passar perto de lagoa ou cruzar uma corrente de água e não dar de beber ao animal, morrerá com a garganta seca; Bicho do mato é bicho da terra. Só se matam os danosos; Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence a Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso, será punido; Não permita que seus filhos matem passarinhos. É malvadez; Não se chama nomes feios à criação. Ela obedece ao instinto que é a linguagem da Mãe natureza; Quem encilha animal com 'mata' no lombo ... cuidado com as contas Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao terneiro; Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas.

Considerações finais

Da vida e práticas dos monges, visível nos mandamentos, fica explícita a necessidade de se buscar um equilíbrio entre o homem e o que é necessário para sua sobrevivência. Os excessos nos usos da natureza serão punidos por Deus. Aí entram várias questões interessantes: a) a primeira é o conhecimento da dinâmica natural; b) o segundo, a relação da natureza com os negócios; c) a terceira, a relação do homem com a natureza; d) a quarta, a relação entre castigo, prosperidade e equilíbrio ambiental; e) a quinta, a relação dos monges com o povo; f) a sexta, a ética em torno dos usos da natureza. Portanto, fica latente a ideia de preservação/conservação do que se conhece ou dever-se-ia conhecer, ou seja, os recursos naturais, visando a sua utilização momentânea e também para as gerações vindouras.

Referencias

HALISKI, A. M. **Formação e atualidade histórica de um grupo de agricultores entre Santa Catarina e Paraná: disputas sobre os usos da natureza e ambiente.** Tese(Doutorado em Sociologia da UFPR), 2013.

QUEIROZ. M. I. Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo.** São Paulo: Editora Dominus: Ed. da Universidade de São Paulo, 1965.

TONON, E. **Os monges do Contestado:** permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese (Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense), 2008.

PRÁTICAS TRADICIONAIS FAXINALENSES: ETNOCONHECIMENTO DA DINÂMICA FLORESTAL NA COMUNIDADE TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL- PR

CARRILHO, Ane Caroline. ; GRACINA, Gilliane G.

Universidade Estadual de Ponta Grossa, anecarrilho@gmail.com

O presente trabalho parte de reflexões acerca da temática dos saberes e práticas tradicionais, quanto à dinâmica florestal na comunidade faxinalense Taquari dos Ribeiros em Rio Azul- Paraná e suas relações dentro do tema etnoconhecimento.

RESUMO - Cabe destacar que ação e cognição são faces da mesma moeda, posto que os saberes tradicionais só fazem sentido quando são operacionais, isto é, quando trata-se de uma dada realidade ecológica ela só terá um significado quando vinculada às práticas cotidianas. Na comunidade citada desenvolve-se diversos trabalhos há algum tempo procurando estabelecer a relação homem versus natureza, buscando compreender suas práticas de vivência e suas relações com a mata de Araucária. Dentro do faxinal, compreende-se que as áreas florestais já não apresentam características íntegras, mesmo em estágios sucessionais secundários tardios. O corte de madeiras enfraquece o ecossistema local, empobrecendo-o, alterando a paisagem. Sendo que, este empobrecimento pode vir a afetar o ambiente florestal, como renovação genética, fauna, além de causar danos à base econômica do criadouro do Faxinal.

Neste sentido, a relação das dinâmicas florestais tem se tornado importante nos estudos em comunidades tradicionais, no entendimento da conservação e manejo e uso correto destes recursos no meio rural. A dinâmica florestal dentro do faxinal Taquari, tem suas particularidades, sendo que, o ambiente já não possui suas características florestais originais, sendo muito manejado. Não há uma considerável preocupação ambiental, de modo que o plantio de exóticas dentro deste faxinal, passam a invadir as áreas de floresta nativa.

As práticas tradicionais são importantíssimas para compreender a construção dos saberes locais, bem como, visando compreender a estrutura da paisagem local, que é manejada de acordo com o saber. Ao tratar dos saberes tradicionais é altamente relevante considerarmos os sistemas locais de conhecimento (SLC) que partem da construção do conhecimento popular, da atividade social e a troca destes saberes entre os agricultores.

Referências:

FLORIANI, N. In: Agronomia das práticas, da diversidade e do subjetivo: para além da fronteira da racionalidade produtivista - instrumental. **Saberes e práticas de territórios agroecológicos**. Ponta Grossa: Editora UEPG, p. 80 – 85. 2011.

STRUMINSKI, E; STRACHULSKI, J. Uma revisão de conceitos sobre florestas em faxinais com base em uma abordagem fitogeográfica. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 55-77, jan./jun. 2012.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, 2000. p. 67-80.

VIVAN, J. L; **Saber ecológico e sistemas agroflorestais: um estudo de caso na floresta atlântica do litoral Norte do RS, Brasil**. 2000. 114 f. Tese (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

**SABERES E PRÁTICAS DA AGROBIODIVERSIDADE DO TERRITÓRIO DA
COMUNIDADE RURAL CAPIVARI DE CIMA, REGIÃO SUDESTE PARANAENSE, NO
CONTEXTO DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS CULTIVOS MODERNOS INDUSTRIAIS.**

Myreille Kessy Aparecida Bobato; Nicolas Floriani

myreillebobato@gmail.com

RESUMO - Atualmente vinculados aos processos de modernização do meio rural, os territórios da mesorregião sudeste paranaense começaram a apresentar sinais de transformação do seu modo de vida tradicional. Tais processos incidiram sobre os sistemas social e ecológico do território tradicional, resultando na degradação dos recursos naturais, assim como na organização social e estrutura fundiária desses grupos. Uma das consequências desse processo é a erosão dos saberes locais e da biodiversidade. A pesquisa procura assim, fazer um levantamento dos principais saberes e práticas associadas a agrobiodiversidade do território da comunidade rural Capivari de Cima, visando compreender desta forma, a adaptação da comunidade nesse contexto da nova territorialização dos cultivos modernos industriais. A agrobiodiversidade, é vista como o campo interdisciplinar que abrange as relações e interações existente entre a diversidade dos ecossistemas e os efeitos da intervenção do ser humano à esses ambientes. A comunidade rural Capivari de Cima- PR, esta localizada na mesorregião sudeste paranaense mais precisamente entre os municípios de Ipiranga e Tibagi. A escolha da comunidade rural baseou-se conforme, a pertinência do estudo de caso proposto. A abordagem metodológica empregada consistiu em visitas a campo para reconhecimento da área de estudo, seguido pelo levantamento bibliográfico, por ultimo a realização de entrevistas informais e (ou) formais com os moradores, e aplicação de questionários semiestruturados. A comunidade referida apresenta aproximadamente 30 famílias, sendo sua maioria agricultores, tendo como principal fonte de renda a fumiicultura. A pesquisa encontra-se em andamento, tendo como resultados preliminares o mapeamento da área de estudo, a sistematização das informações obtidas, por meio da realização de um breve diagnóstico participativo, enfocando o manejo e gestão dos principais recursos naturais, a elaboração de um quadro comparativo, tendo um recorte temporal de 1980 ate os dias atuais, demonstrando como vem ocorrendo todo o processo histórico das principais transformações ocorridas nos saberes e práticas tradicionais da biodiversidade da comunidade. Tais resultados obtidos ate o momento mostram haver uma considerável modificação nos hábitos e costumes socioculturais presentes na mesma, como a perda de algumas atividades desenvolvidas pelo antigos moradores, a diminuição da pratica

de certos cultivos, e a incorporação, por outro lado, de técnicas agrícolas modernas. Entretanto apesar destas considerações é possível afirmar que determinados saberes tradicionais passados entre gerações ainda então muito presentes em seu território, como o conhecimento sobre seus recursos naturais, principalmente referentes a botânica, com a utilização de plantas medicinais, tipos de solos, entre outros aspectos.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS: ESTUDO DE CASO DAS COMUNIDADES RURAIS DE PARANAGUÁ, PARANÁ

Everaldo dos Santos, Renata Cristina dos Santos, Mirelly Lacerda Pinheiro, Roberto Martins de Souza.

Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaguá

INTRODUÇÃO

Sistemas agroflorestais podem ser definidos como sistemas de manejo e/ou cultivo de espécies florestais em sistemas de uso da terra e tecnologias em que plantas lenhosas perenes são cultivadas em associação com plantas herbáceas (culturas agrícolas e/ou pastagens) e/ou animais, em uma mesma unidade de manejo, e de acordo com um arranjo espacial, temporal ou ambos; nos quais deve haver tanto interações ecológicas como econômicas entre os componentes lenhosos e não lenhosos no sistema. A modelagem de tais ecossistemas propiciam a diversidade biológica, através do aumento de organismos edáficos, da cobertura do solo, retenção de nutrientes, e a produção de produtos não madeiráveis como frutas, e madeiráveis. Portanto estes sistemas possibilitam a conservação do solo e a manutenção da biodiversidade. Conforme Ramos et.al. (2009) podem ser manejados em ambientes florestais, independente de seu estágio ou implantados em qualquer lugar da propriedade, visando à otimização da área de cultivo e a possibilidade de uma fonte de renda e alimento segura ao longo do ano, de forma sustentável. Devido a tantos benefícios, este sistema já praticado por comunidades tradicionais há séculos, vem se tornando como uma possibilidade de desenvolvimento social e econômico em muitas comunidades cujo trabalho se baseia na produção familiar ANDRADE, et al. (2009). Percebendo-se então o perfil das comunidades de agricultores familiares do litoral do Paraná e a grande necessidade de preservação desta área, viu-se a importância da implantação deste sistema como uma possível alternativa aos produtores. O objetivo desse trabalho foi levantar informações básicas a respeito de agricultores familiares e comunidades tradicionais, a respeito do sistema agroflorestal na Colônia São Luiz no município de Paranaguá, PR. Nesse sentido, procurou-se saber se essas famílias teriam o conhecimento deste sistema de manejo e cultivo e se estariam interessadas em implantá-lo, sabendo de todos seus benefícios.

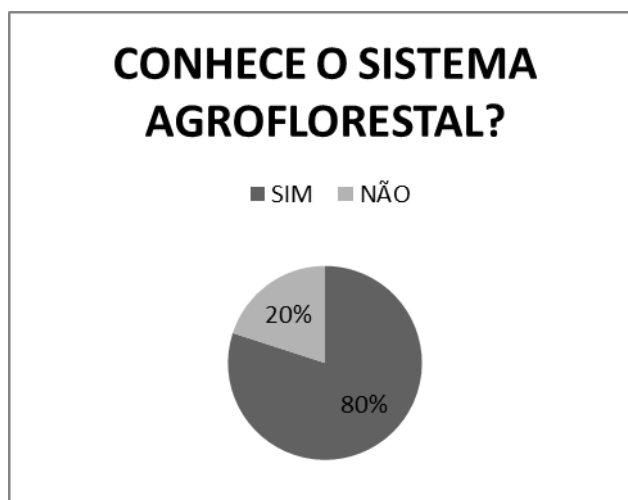
METODOLOGIA

Para levantamento das informações de interesse ao trabalho foi realizada uma entrevista semi-dirigida, onde por meio da conversa, procurou-se saber das cinco famílias moradoras da Colônia São Luiz, área rural do município de Paranaguá, o nível de conhecimento a respeito dos sistemas agroflorestais, se tem implantado em sua propriedade, por que o consideram importante e o que poderia motivar a implantação. Outras informações também foram levantadas, como o acompanhamento técnico oferecido às famílias e o entendimento de práticas de proteção ambiental. Com o resultado das entrevistas foram tabuladas as informações coletadas e transformadas em gráficos.

RESULTADOS

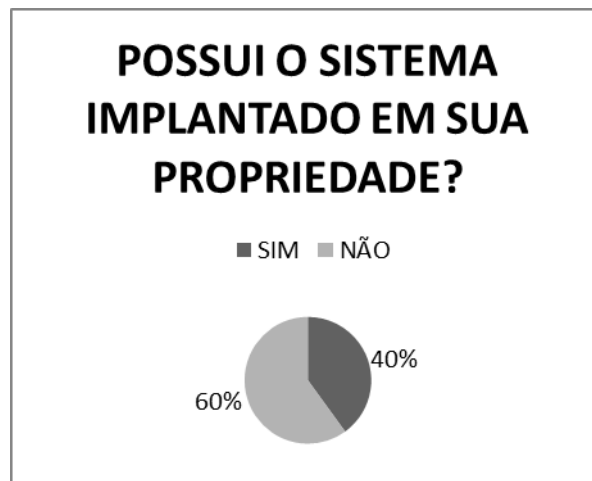
Os gráficos abaixo ilustram os resultados das entrevistas que foram realizadas com os pequenos produtores na Colônia São Luiz em Paranaguá, PR.

Gráfico - 1



O gráfico mostra que quatro das cinco famílias dizem conhecer o que é o sistema agroflorestal, porém apenas três conseguiram definir o sistema. E ao analisar o conteúdo das entrevistas apenas uma das famílias de agricultores ou 20% conseguiu mostrar de forma prática conhecer o sistema de manejo.

Gráfico - 2



O gráfico 2 mostra que os cinco agricultores entrevistados afirmaram possuir em sua propriedade o sistema de agrofloresta, porém, apenas um realmente possui. Isso porque muitos agricultores relacionam o sistema agroflorestal às áreas de preservação da propriedade. As entrevistas revelaram ainda que todos possuem sistemas de agroprocessamento em algum nível para agregar valor ao seu produto revendendo-os em feiras no município. Além disso, todos declararam que são assistidos pelos órgãos estaduais de extensão rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos resultados foi possível notar que há conhecimentos tradicionais acerca dos sistemas agroflorestais, por parte dos agricultores familiares entrevistados da região de Paranaguá, todavia sua multifuncionalidade é confundida com produção de frutíferas e outros com a área de preservação legal, além das possibilidades de agregar ganho com espécies na propriedade e promover a conservação de ecossistemas. Por esta razão apontamos para a necessidade dos órgãos de extensão rural dar a devida atenção para o tema.

Referências

ANDRADE, E. C. R.; SALIN, T. C.; LINARES, C. R. A.; SAMPAIO, R. L. M. Consórcios agroflorestais como garantia da biodiversidade e sustentabilidade ambiental para a agricultura familiar: O caso do sítio “Nova Canaã”. **Rev. Bras. De Agroecologia**. n.2, vol.4, nov.2009.



RAMOS, S. de F.; CHABARIBERY, D.; MONTEIRO, A. V. V. M.; SILVA, J. R. Sistemas Agroflorestais: estratégia para a preservação ambiental e geração de renda aos agricultores familiares. **Informações Econômicas**. n.6, v.39 jun. 2009.

TEMPO, MITO, MEMÓRIA EM “Os vivos e os mortos”, DE WILSON GALVÃO DO RIO APA

Antônio Galvão
IFPR

RESUMO - A proposta de trabalho ora apresentada consiste na leitura e análise do romanceiro *Os vivos e os mortos*, do ficcionista Wilson Galvão do Rio Apa, a partir de relações tecidas entre a configuração assumida pela narrativa literária e as representações da história nela dissolvidas. Com início de escrita no final dos anos setenta, *Os vivos e os mortos* é um romanceiro composto por quatro diferentes narrativas, a saber, *O povo do mar e dos ventos antigos*; *O santo da ilha na guerra dos rumos*; *O grito do mundo no pássaro cego*; *O último espia na história da fome*, textos cujo percurso de elaboração atravessou uma década. Assim, do estudo do romanceiro é possível depreender todo um conjunto de representações do Litoral do Paraná que ultrapassam uma simples figuração do lugar e deslocam personagens, espaços, tempos e narradores para enredos imemoriais, transsubstanciados em mito, retirado de saberes antigos das comunidades litorâneas, para as quais homem e natureza estão fundamentalmente integrados. Como parte de um projeto de pesquisa mais amplo, “Literatura, história e sociedade no Litoral do Paraná”, nossa proposta de trabalho objetiva à consecução do debate em torno dos imbricamentos entre os registros providos pela história e as representações literárias que deles são feitas, com relevo para os ficcionistas cujas narrativas tragam imagens do lugar.

Palavras-chave: Literatura, história e sociedade; mito; representação literária de populações nativas.